



Às nove horas do dia primeiro de dezembro de dois mil e dezesseis, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência do Conselheiro **CEZAR COLARES**; presentes os Conselheiros, **ALOÍSIO CHAVES, JOSÉ CARLOS ARAÚJO, DANIEL LAVAREDA, MARA LÚCIA, ANTÔNIO JOSÉ GUIMARÃES e SÉRGIO LEÃO**; presença da Procuradora do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **MARIA REGINA CUNHA**; reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do Artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. Convocados os Conselheiros Substitutos, **ALEXANDRE CUNHA e SÉRGIO DANTAS**, para composição de quorum, nos termos da alínea "c", do inciso III, do Artigo 72 do Regimento Interno desta Corte. Em seguida, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: *"havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria"*. Houve votação e aprovação da Ata da Sessão nº 056/2016. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos: **Processo nº 340012008-00; Prefeitura Municipal de Inhangapi; Prestação de Contas – 2008 (Contas de Governo)**; Responsável: José Alves Feitosa Oliveira; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; **Publicado no DOE nº 33.259, de 28.11.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Resolução nº 12.777). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 340012008-00; Prefeitura Municipal de Inhangapi; Prestação de Contas – 2008 (Contas de Gestão)**; Responsável: José Alves Feitosa Oliveira; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; **Publicado no DOE nº 33.259, de 28.11.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com recolhimento, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria**: com aplicação de multa (Acórdão nº 29.697). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto à exclusão da aplicação da multa. **Processo nº 1170012008-00; Prefeitura Municipal de Nova Esperança do Piriá; Prestação de Contas – 2008 (Contas de Governo)**; Responsável: Francisco de Souza Soares; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 33.259, de 28.11.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em**



41 **discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O
42 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas,
43 com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Resolução nº 12.778).
44 Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José
45 Carlos Araújo. **Processo nº 1170012008-00; Prefeitura Municipal de Nova Esperança do**
46 **Piriá; Prestação de Contas – 2008 (Contas de Gestão);** Responsável: Francisco de Souza
47 Soares; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator:
48 Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 33.259, de 28.11.2016.** Cumprindo dispositivo
49 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela
50 irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual.
51 A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência
52 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com
53 recolhimento, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:**
54 com aplicação de multas (Acórdão nº 29.698). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Vencida a
55 Conselheira Mara Lúcia quanto à exclusão da aplicação das multas. Ausência, por ocasião da votação,
56 do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 1230012011-00; Prefeitura Municipal de**
57 **Santa Luzia do Pará; Tomada de Contas – 2011 (Contas de Governo);** Responsável: Lourival
58 Fernandes de Lima; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth
59 Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 33.259, de 28.11.2016.**
60 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
61 manifestou-se pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas, com o encaminhamento
62 de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão.** O
63 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
64 **unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas, com o
65 encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Resolução nº 12.779).
66 Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José
67 Carlos Araújo. **Processo nº 1230012011-00; Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Pará;**
68 **Prestação de Contas – 2011 (Contas de Gestão);** Responsável: Lourival Fernandes de Lima;
69 Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator:
70 Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 33.259, de 28.11.2016.** Cumprindo dispositivo
71 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela
72 irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual.
73 A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência
74 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com
75 recolhimento, aplicação de multa, indisponibilidade dos bens do Ordenador, e encaminhamento de
76 cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 29.699). Presidência do Conselheiro Cezar
77 Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº**
78 **680022008-00; Câmara Municipal de Santa Izabel do Pará; Prestação de Contas – 2008;**
79 Responsável: Tony de Souza Lisboa; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora
80 Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; **Publicado no DOE nº 33.259, de**



81 **28.11.2016.** Retirado de Pauta. **Processo nº 150022013-00; Câmara Municipal de**
82 **Benevides; Prestação de Contas – 2013;** Responsável: Fredson Santos de Oliveira; Instrução: 3ª
83 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira
84 Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 33.259, de 28.11.2016.** Retirado de Pauta. **Processo nº**
85 **780022009-00; Câmara Municipal de São João do Araguaia; Prestação de Contas – 2009;**
86 Responsável: Isailene Labres de Sousa - Presidente; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público:
87 Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator convocado para apresentar proposta de decisão:
88 Conselheiro Substituto Sérgio Dantas (Redistribuído do Gabinete do Conselheiro Aloísio Chaves);
89 Contador: Francisco de Assis Paulo da Silva; **Publicado no DOE nº 33.259, de 28.11.2016.**
90 Retirado de Pauta. **Processo nº 140152008-00; Companhia de Desenvolvimento e**
91 **Administração da Área Metropolitana de Belém; Prestação de Contas – 2008;** Responsável:
92 Rosa Maria Chaves da Cunha; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria
93 Regina Cunha; Relator: Aloísio Chaves; **Publicado no DOE nº 33.259, de 28.11.2016.** Retirado
94 de Pauta. **Processo nº 424002009-00; Fundo Municipal de Saúde de Marabá; Prestação de**
95 **Contas - 2009;** Responsáveis: Nagilson Rodrigues Amory (01.01), Joelma Fernandes Sarmento
96 (24.11 a 16.12) e Ademar Rafael Ferreira (17.12 a 31.12); Instrução: Auditor Alcimar Lobato/ 3ª
97 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira
98 Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 33.259, de 28.11.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o
99 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das
100 contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi
101 colocada **em discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a
102 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela regularidade, com ressalvas, das contas de
103 responsabilidade dos Srs., Joelma Sarmento e Ademar Ferreira; e pela irregularidade das contas de
104 responsabilidade do Sr. Nagilson Amory, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério
105 Público Estadual (Acórdão nº 29.700). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº**
106 **141762013-00; Companhia de Turismo Belemtur de Belém; Prestação de Contas – 2013;**
107 Responsável: Maikenn Emanuel Santos de Sousa; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público:
108 Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 33.259,**
109 **de 28.11.2016.** Retirado de Pauta. **Processo nº 201608552-00 (23992008-00); Fundo**
110 **Municipal de Assistência Social de Acará; Pedido de Revisão** contra a decisão contida no
111 Acórdão nº 25.327; Responsável: Nelma de Lima Vaz Araújo; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério
112 Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Antonio José Guimarães; Contadora: Carmen
113 Vianna da Silva (CRC 0050038/0-0); **Publicado no DOE nº 33.259, de 28.11.2016.** Retirado de
114 Pauta. **Processo nº 201608553-00 (23992008-00); Fundo Municipal de Assistência Social**
115 **de Acará; Pedido de Revisão** contra a decisão contida no Acórdão nº 25.327; Responsável: Elane
116 Belo da Silva Vila Nova; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez
117 Gueiros; Relator: Antonio José Guimarães; Contadora: Carmen Vianna da Silva (CRC 0050038/0-0);
118 **Publicado no DOE nº 33.259, de 28.11.2016.** Retirado de Pauta. **Processo nº 201417454-00**
119 **(1002201-00); Câmara Municipal de Abaetetuba; Recurso Ordinário** contra a decisão contida
120 no Acórdão nº 25.023/2014; Responsável: Fernandes de Oliveira Anselmo; Instrução: 4ª



Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 33.259, de 28.11.2016.** Retirado de Pauta. **Processo nº 201508364-00 (1210022008-00); Câmara Municipal de Pau d'Arco; Recurso Ordinário** contra a decisão contida no Acórdão nº 26.515; Responsável: José Ribeiro; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; Advogado: Naicon Teixeira (OAB/PA 18.173); **Publicado no DOE nº 33.259, de 28.11.2016.** Retirado de Pauta. **Processo nº 201503670-00 (1272162013-00); Fundo Municipal de Educação de Trairão; Recurso Ordinário** contra a decisão contida no Acórdão nº 25.821/2014; Responsável: Maria Regina Pirez; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; Contadora: Jaimilly Quintero Salomão; **Publicado no DOE nº 33.259, de 28.11.2016.** Retirado de Pauta. **Processo nº 201507057-00; Instituto de Previdência de Castanhal; Aposentadoria** (Portaria nº 033/2015, de 05.05.2015); Interessada: Izaurina da Costa Santos; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 33.259, de 28.11.2016.** Retirado de Pauta. **Publicado no DOE nº 33.259, de 28.11.2016.** Retirado de Pauta. **Processo nº 201512214-00; Instituto de Previdência de Castanhal; Aposentadoria** (Portaria nº 087/2015, de 31.08.2015); Interessada: Maria de Fátima Lima Lobo; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 33.259, de 28.11.2016.** Retirado de Pauta. **Processo nº 201216730-00; Instituto de Previdência e Assistência de Óbidos; Pensão** (Decreto nº 1.229, de 24.09.2012, Decreto nº 429, de 29.08.2016); Interessado: Maria Izinete Bentes Ferrari; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 33.259, de 28.11.2016.** Retirado de Pauta. **Processo nº 201217519-00; Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Servidores de Cachoeira do Arari; Aposentadoria - 2012** (Portaria nº 031/2012 de 17.10.2012); Interessado(a): Dorcas Ramos Calandrine; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator convocado para apresentar proposta de decisão: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas (Redistribuído do Gabinete do Conselheiro Cezar Colares); **Publicado no DOE nº 33.259, de 28.11.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro substituto apresentou sua proposta de **Decisão**, ratificada pelo Conselheiro Relator. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela negativa de registro do Ato (Acórdão nº 29.701). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 20130673-00; Instituto de Previdência dos Servidores de Abaetetuba; Aposentadoria - 2013** Portaria nº 031/2013, de 18.04.2013; Interessado: Maria de Fátima Dos Santos Carvalho; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator convocado para apresentar proposta de decisão: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas (Redistribuído do Gabinete do Conselheiro Cezar Colares); **Publicado no DOE nº 33.259, de 28.11.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro substituto apresentou sua proposta de **Decisão**, ratificada pelo Conselheiro Relator. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu



pelo registro do Ato (Acórdão nº 29.702). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 201612677-00; Prefeitura Municipal de Chaves de Belém; Outros – 2016** (Homologação de Medida Cautelar); Responsável: Solange Cascaes de Brito Lobato; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 33.259, de 28.11.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator apresentou ao Plenário sua decisão monocrática em Medida Cautelar para deliberação do Tribunal Pleno, nos termos do § 1º do Art. 144 do RI/TCM/PA. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu homologar a Medida Cautelar adotada (Resolução nº 12.781). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201612450-00; Prefeitura Municipal de Curralinho; Representação; Representante: Ministério da Fazenda; Representado: José Leonardo dos Santos Arruda – Prefeito; Relator: Conselheiro Sérgio Leão;** Cumprindo dispositivo regimental, a Conselheira Relatora apresentou ao Plenário sua decisão, para conhecimento, nos termos do § 2º do Art. 292 do RI/TCM/Pa. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, conheceu da Decisão do Relator pela admissibilidade da Representação. Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 1293972013-00; Fundo Municipal de Saúde de Vitoria do Xingu; Prestação de Contas - 2013;** Responsável: Joselda da Silva Amaral; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator solicitou a reabertura da instrução do processo. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu autorizar a reabertura solicitada (Resolução nº 12.782). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 1294012013-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Vitória do Xingu; Prestação de Contas - 2013;** Responsável: Joselda da Silva Amaral; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator solicitou a reabertura da instrução do processo. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu autorizar a reabertura solicitada (Resolução nº 12.783). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA:** o Conselheiro Cezar Colares apresentou ao Plenário o relatório com o resultado da análise dos Termos de Ajustamento de Gestão - TAG's que o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará assinou com as 143 (cento e quarenta e três) Prefeituras Municipais, e com as 139 (cento e trinta e nove) Câmaras Municipais do Estado do Pará. Em seguida, comunicou que no próximo dia 14 (quatorze) de dezembro, as Câmaras e as Prefeituras de Municípios paraenses que cumpriram com as proposições do Termo de Ajustamento de Gestão - TAG, receberão um diploma que certifica o poder municipal sobre o atendimento às obrigações fixadas, durante o evento alusivo ao dia internacional do combate à corrupção realizado pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará junto com a Universidade Federal do Pará, por meio do Observatório Social e a Controladoria Geral da União, em parceria com o Ministério Público de Contas dos Municípios do Pará e da Rede de Controle. Após, o Conselheiro Cezar Colares deu início a votação para a Eleição do Presidente, do Vice-Presidente e do Corregedor do TCM, para o Biênio de 2017/2018. Em seguida, a Presidência anunciou a votação para eleição do Presidente. Distribuídas as cédulas para colação de votos entre os Conselheiros. Recolhidos os votos dos Conselheiros presentes, foi encaminhada a urna para apuração a cargo da Procuradora do Ministério Público, Dra. Maria Regina Cunha, que após aferição anunciou 4 (quatro) votos ao



201 Conselheiro Daniel Lavareda e 3 (três) votos ao Conselheiro Sérgio Leão. Em ato contínuo, declarou
202 eleito, **por maioria**, o Conselheiro Daniel Lavareda. Após, a Presidência anunciou a votação para a
203 eleição do Vice-Presidente. Distribuídas as cédulas para colação de votos entre os Conselheiros.
204 Recolhidos os votos dos Conselheiros presentes, foi encaminhada a urna para apuração a cargo da
205 Procuradora do Ministério Público, Dra. Maria Regina Cunha, que após aferição anunciou 4 (quatro)
206 votos a Conselheira Mara Lúcia e 3 (três) votos ao Conselheiro Daniel Lavareda. Em ato contínuo,
207 declarou eleita, **por maioria**, a Conselheira Mara Lúcia. Em seguida, a Presidência anunciou a
208 votação para eleição do Corregedor. Distribuídas as cédulas para colação de votos entre os
209 Conselheiros. Após o recolhimento dos votos dos Conselheiros presentes, foi encaminhada a urna
210 para apuração a cargo da Procuradora do Ministério Público, Dra. Maria Regina Cunha, que após
211 aferição anunciou 4 (quatro) votos ao Conselheiro José Carlos Araújo e 3 (três) votos a Conselheira
212 Mara Lúcia. Em ato contínuo, declarou eleito, **por maioria**, o Conselheiro José Carlos Araújo. Feita a
213 devida comunicação dos eleitos, foi franqueada a palavra aos Conselheiros e ao Ministério Público.
214 **DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO**
215 **MINISTÉRIO PÚBLICO PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO**
216 **PÚBLICO:** o Conselheiro Daniel Lavareda, a Conselheira Mara Lúcia e o Conselheiro José Carlos
217 Araújo pediram a palavra para agradecer a confiança a eles depositada, destacando a importância da
218 participação de todos os Conselheiros, bem como dos funcionários da Casa na condução dos
219 trabalhos a serem desenvolvidos pela nova Diretoria no biênio 2017/2018. Em seguida, o Conselheiro
220 Cezar Colares, o Conselheiro Sérgio Leão, e o Conselheiro Substituto Sérgio Dantas, pediram a palavra
221 para parabenizar e desejar uma gestão profícua aos eleitos, no que foram acompanhados pela
222 Procuradora do Ministério Público de Contas, Dra. Maria Regina Cunha. **ENCERRADA** a presente
223 Sessão, às dez horas e trinta e cinco minutos da qual foi lavrada a presente Ata.
224 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em primeiro de dezembro
225 de dois mil e dezesseis.

Visto:

Robson Figueiredo do Carmo
Secretário Geral

Conselheiro Presidente **Cezar Colares**
Presidente da Sessão

Conselheiro Vice Presidente **Sérgio Leão**
Presidente da Sessão